

# Amazônia: perguntas sem resposta

Marcel Bursztyn

**A** relação do Brasil com a Amazônia revela que há muitas perguntas para as quais não se têm respostas seguras e muitas respostas (-ações) que são dadas sem se conhecer as perguntas.

Até hoje não sabemos bem qual é, de fato, a vocação da região. Não conhecemos ao certo quais as potencialidades (sabemos que são muitas) e quais as limitações (temos certeza de que são preocupantes). Sabemos que a dinâmica da floresta tem implicações sobre o clima do planeta, mas não sabemos ao certo em que medida e qual é, de fato, a ordem de grandeza das mudanças climáticas globais provocadas pelas alterações físicas do bioma amazônico.

Temos plena consciência de que a floresta esconde imenso potencial de aproveitamento econômico. Mas não sabemos como explorá-lo de forma racional e sustentável. Como evitar que usos potenciais sejam pesquisados, apropriados e patenteados sem que isso traga bene-

fícios para as comunidades locais, para a região ou para o país?

Sabemos das vantagens comparativas que representa possuir um gigantesco manancial de água doce, mas não sabemos como explorá-lo economicamente e de forma sustentável. O máximo que conseguimos, até aqui, tem sido gerar energia elétrica, a partir da construção de grandes barragens que provocam degradação ambiental e geram efeitos sociais negativos.

Sabemos que os recursos pesqueiros são uma riqueza real e potencial da região, mas não conseguimos transformar essa possibilidade em uso sustentável. Ao contrário, a região já apresenta sintomas de esgotamento de estoques pesqueiros e mesmo conflitos entre pescadores artesanais e industriais. A geração de energia barata, uma sedutora vantagem da região, viabiliza indústrias de transformação mineral intensivas em energia, mas não atende a populações lindeiras às barragens e linhas de transmissão.

A lista de perguntas sem resposta é longa. A ela se somam as respostas sem pergunta, ou seja, ações que são empreendidas sem o prévio conhecimento do contexto em que se inserem ou sem análise prospectiva de seus resultados. É nesse sentido que uma complexa rede de infraestrutura tem sido implementada na região, ao longo das últimas três décadas. E, da mesma forma, também incentivos econômicos e uma política de colonização carrearam para a Amazônia investimentos e fluxos de migração, provocando efeitos que demandam medidas corretivas: desmatamento, queimadas, conflitos fundiários, falta de saneamento ambiental nas cidades, demanda por serviços públicos em geral.

Por mais de uma década a atividade de planejamento governamental em escala nacional vem sendo eclipsada pela prevalência de princípios neoliberais nas esferas decisórias. Os programas de desenvolvimento recentemente editados (Brasil em Ação e Avança, Brasil) têm se revelado como mar-

cadamente segmentados (“eixos de desenvolvimento”) e essencialmente voltados a obras de infra-estrutura que proporcionem condições de viabilidade à expansão de atividades econômicas. Apresentam um descolamento efetivo em relação ao enfoque ambiental. Voltar a planejar não significou corrigir vícios do passado: a inexistência de um projeto nacional, com seus desdobramentos regionais, resultou em ausência de resposta às indagações reais da Amazônia.

Em síntese — e esse é um apelo aos candidatos à Presidência da República — é tempo de definir um projeto brasileiro para a Amazônia, centrado nas reais expectativas e necessidades da população da região, coerente com as vocações econômicas e em sintonia com os princípios do desenvolvimento sustentável.

**MARCEL BURSZTYN, DOUTOR EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, É PROFESSOR DA UNB (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA)**

Class.	Fonte	Associação	Documentação
Data	26/01/2002	MB (opinão)	
Pg	5		